

AGIER, Michel. *Ilê Aiyê: a fábrica do mundo afro (Carnaval da Bahia, 1974-2024)*. São Paulo: Editora 34, 2024.

O Ilê Aiyê e o mundo africano na Bahia

Ilê Aiyê and the African world in Bahia

Heitor Frúgoli Junior

Universidade de São Paulo, São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

RESUMO

Esta resenha aborda o último livro em português do antropólogo Michel Agier, *Ilê Aiyê: a fábrica do mundo afro*, publicado em 2024, uma versão condensada, revista e atualizada de *Anthropologie du carnaval: la ville, la fête et l'Afrique à Bahia*, publicado em 2000, com posfácio de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães e fotografias de Milton Guran. O livro combina abordagens etnográficas sobre práticas de integrantes do Ilê Aiyê com reconstituições históricas voltadas à compreensão de suas mudanças estruturais ao longo de cinquenta anos de existência. São tratados temas como o evento de fundação do bloco, no carnaval de 1975 em Salvador, com a participação apenas de negros; a historicidade urbana e sociológica de Salvador, assinalada pela forte presença inicial de negros escravizados, que posteriormente buscaram se inserir na difícil estrutura empregatícia local, numa sociedade separada entre uma elite branca e uma enorme classe de negros e mestiços imersos na pobreza; as origens do Ilê Aiyê no bairro popular e negro da Liberdade, o papel de seus fundadores nas articulações entre família, vizinhança e práticas religiosas e culturais; a importância dos rituais ligados ao carnaval e as diversas dimensões africanas de tal evento; e o sistema cultural no qual blocos como o Ilê Aiyê realizam um conjunto plural e abrangente de práticas. Tal publicação propicia novos debates sobre lutas antirracistas que se expandem significativamente no Brasil.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira, Bahia, Carnaval.

Recebido em 20 de março de 2025.

Aceito em 4 de julho de 2025.

ABSTRACT

This review addresses the latest book in Portuguese by anthropologist Michel Agier, *Ilê Aiyê: a fábrica do mundo afro*, published in 2024, a condensed, revised and updated version of *Anthropologie du carnaval: la ville, la fête et l'Afrique à Bahia*, published in 2000, with an afterword by Antonio Sérgio Alfredo Guimarães and photographs by Milton Guran. The book combines ethnographic approaches to the practices of Ilê Aiyê members with historical reconstructions aimed at understanding its structural changes over its fifty years of existence. The topics discussed include the founding event of the group during the 1975 carnival in Salvador, with the participation of only black people; the urban and sociological history of Salvador, marked by the strong initial presence of enslaved black people, who later sought to enter the difficult local employment structure, in a society divided between a white elite and a large class of black and mixed-race people immersed in poverty; the origins of Ilê Aiyê in the popular and black neighborhood of Liberdade, the role of its founders in the articulations between family, neighborhood and religious and cultural practices; the importance of rituals linked to carnival and the diverse African dimensions of such an event; the cultural system in which groups such as Ilê Aiyê carry out a plural and comprehensive set of practices. This publication provides new debates on anti-racist struggles that are expanding significantly in Brazil.

Keywords: Afro-Brazilian culture, Bahia, Carnival.

O itinerário de pesquisas de Michel Agier voltadas a uma antropologia da cidade, iniciado em Lomé (Togo) e Douala (Camarões), teve Salvador como lugar de etnografias aprofundadas, antes de investigações posteriores na Colômbia (Cordeiro; Frúgoli Junior, 2011). Seus estudos realizados na América do Sul também podem ser compreendidos como abordagens sobre mudanças sociais, relações raciais e dinâmicas culturais do mundo afro.

A pesquisa com integrantes do Ilê Aiyê foi realizada entre 1989 e 1996, retomada nos anos 2000 e atualizada em 2023 (Agier, 2024, p. 173). Após contatos nas ruas, vielas e “avenidas” (nome local de ruas estreitas formadas pelas casas, para uso pedestre) do bairro da Liberdade em Salvador, capital baiana, o autor se aproximou de tais agentes, com certo cuidado e mediações; tal bloco de carnaval, criado no local, não queria brancos, embora a etnografia tenha mostrado que “o que eles não queriam eram os brancos da Bahia” (Damasceno *et al.*, 2010, p. 816-817).

O livro traça um panorama histórico e sociocultural de seus cinquenta anos de existência, que, de bloco de carnaval inovador e arrojado, tornou-se uma “verdadeira empresa de promoção da cultura afro” (Agier, 2024, p. 8), e que veio a se constituir num movimento com repercussões no universo do carnaval brasileiro e inserção no marco mais abrangente das lutas antirracistas no país.

O prólogo, *Os africanos na Bahia*, reconstitui aspectos anteriores à etnografia, com enfoque na fundação de um pequeno bloco de percussão, em novembro de 1974, chamado, em iorubá, *Ilê Aiyê*, que para eles significava “Mundo Negro”. Houve certa repercussão quando, na noite de 8 de fevereiro de 1975, em plena ditadura militar, por volta de uma centena de participantes, exclusivamente negros, cantaram no desfile: “branco, se você soubesse o valor que preto tem, tu tomava banho de piche e ficava preto também”. Essa música, composta por Paulinho Camafeu, seria depois incluída no álbum *Refavela* (1977), de Gilberto Gil. O gesto coletivo, identificado por alguns jornais como “racista” (em nome então de uma nacionalidade singular mestiça, como bem aponta Antonio Sérgio Guimarães no posfácio *Raça e modernidade*), passou, todavia, a aglutinar, crescentemente, muitos jovens negros de diversos bairros populares de Salvador (Agier, 2024, p. 7) em lutas contra o racismo.

Já o primeiro capítulo, *Cenário: Salvador, a Liberdade e o carnaval*, traça um breve histórico de Salvador, capital do Brasil colonial, cujo porto absorveu a maior parte dos “5 milhões de africanos escravizados [que] entraram no Brasil entre meados do século XVI e meados do século XIX” (Agier, 2024, p. 17), populações principalmente sudanesas e bantus, que supriram a mão de obra sobretudo em plantações e usinas no entorno da cidade, além de pequenos ofícios urbanos. Após o declínio da economia açucareira e da perda da condição de capital da colônia para o Rio de Janeiro (1763), houve basicamente a formação de uma elite soteropolitana, branca e rica, com grupos intermediários mais ou menos mestiços e uma classe abrangente designada pela pobreza, com pretos e mulatos que abarcavam mais da metade da população (Azevedo, 1959; Pierson, 1971). O notável crescimento demográfico posterior e os diversos movimentos culturais que ali nasceram foram permeados por certo imaginário persistente na cidade, assinalado por oposições peculiares entre brancos e negros, com mestiçagens e paternalismos, além de fatores mágico-religiosos, lúdicos e artísticos. Todavia, no período do surgimento do Ilê Aiyê, havia basicamente três características que então definiam o clima social local: “uma mudança de escala na cidade”, “um grande *boom* industrial” e uma “mudança de ideologias raciais”, o que no conjunto levaria a uma “redefinição da imagem dos negros e das relações entre raça, cultura e política” (Agier, 2024, p. 20-21).

O capítulo 2, *História: da fundação do Ilê Aiyê até hoje*, traça uma historicidade urbana local, com foco na Liberdade, dada a relação de blocos carnavalescos com iniciativas de grupos de bairro, num intercruzamento entre sociabilidades masculina e feminina. Seus fundadores estavam ligados por laços de parentesco, amizade e vizinhança, numa espécie de núcleo que modularia as relações posteriores do Ilê Aiyê enquanto uma rede de redes. Cabe destacar o papel de Antonio Carlos dos Santos (“Vovô”), hoje com 72 anos, cofundador, presidente do bloco e filho de Mãe Hilda (1923-2009) — mãe de santo do terreiro de candomblé Ilê Axé Jitolu, por ela fundado em 1952 —, que se tornou conselheira dos dirigentes e, depois, “madrinha” do

bloco. Isso revela “as funções simultaneamente familiares, religiosas e culturais da casa onde nasceu a rede que deu origem ao Ilê Aiyê” (Agier, 2024, p. 38). Ainda no mesmo capítulo, são periodizadas permanências e mudanças substanciais ao longo do tempo — bloco carnavalesco (1975-1981), movimento cultural (1982-1988), de associação a empresa (1989-2002) e, por fim, consolidação local, transmissão e globalização (2003 em diante), com a complexificação de sua estrutura.

No capítulo seguinte, *Comunidade: a família Ilê Aiyê*, é tecido um quadro sociológico detalhado da estrutura empregatícia urbana baiana nos anos 1970 e 1980, centrada sobretudo no polo petroquímico, na qual integrantes de famílias negras e mestiças soteropolitanas buscavam, com dificuldades, se inserir. Fundadores e integrantes da primeira geração do Ilê Aiyê tentaram obter posições em tal mercado de trabalho, todavia sem lograr ascensão significativa. Com o decréscimo posterior das atividades industriais, houve certa migração para trabalhos em comércio de rua, feiras, artesanato, como taxistas etc., com repercussões na composição socioprofissional do próprio Ilê Aiyê. Mais à frente, o autor ressalta que “a imagem da elite negra não é o reflexo exato da situação socioeconômica real dos membros do Ilê Aiyê” (Agier, 2024, p. 154).

Na abertura do capítulo 4, *Ritual: a África da Bahia*, o autor assinala: “Não haveria Ilê Aiyê como grupo — seja na forma de ‘família’, de movimento ou de empreitada —, e como referência cultural na vida social da Bahia, sem o vasto ritual autorizado pelo próprio carnaval” (Agier, 2024, p. 93). Após uma detalhada reconstituição, no capítulo anterior, de funções, categorias e identidades carnavalescas — com foco na bateria, na ala dos compositores, na diretoria, nos fundadores, nas senhoras do Ilê e nas identidades de gênero —, o autor passa a analisar, com detalhes etnográficos, dimensões constitutivas rituais do carnaval de Salvador, sob o prisma do Ilê Aiyê. A começar pelo calendário (Agier, 2024, p. 96-99), que abarca, a partir do final de setembro, seis eventos antes do carnaval propriamente dito:

- o “Dia da Mãe Preta” (comemorativo da Lei do Ventre Livre, em 1871);
- a “Missa do 1º de novembro”, uma autocelebração da criação do bloco, com rito inspirado no catolicismo popular;
- o “Novembro Azeviche”, em que são lembrados diversos acontecimentos, como a Independência de Angola, o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, a Revolta da Chibata (em 1910, liderada por um marinheiro negro) e, desde 2011, o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro);
- o “Festival de Música Negra”, em que basicamente são selecionadas as melhores canções do bloco para o carnaval;
- a “Festa da Beleza Negra”, em que é escolhida a Rainha da Beleza Negra (ou Deusa do Ébano), no bojo de outras atividades;

- os “Cortejos da Juventude”, com desfiles da bateria do bloco por ocasião de festas em homenagem ao Senhor do Bonfim, a Oxalá e a Iemanjá; e
- por fim, o “Carnaval”, com três saídas (no sábado à noite, na segunda e na terça-feira), além de um desfile adicional que envolve um bloco de crianças (no domingo à tarde).

O próprio carnaval é também assinalado por uma série de ritos, vários deles demarcados ou interseccionados por referências do candomblé, o que tornaria o Ilê Aiyê, na visão de seus integrantes, o mais africano dos blocos afro. São basicamente enfocadas cerimônias iniciais, como “lavagens” e “abertura do caminho”, além de aspectos centrais dos desfiles, com duas a três mil pessoas, caminhadas lentas e danças cadenciadas, indumentárias africanas, cores emblemáticas, o ritmo do samba inspirado no ijexá (uma das vertentes do candomblé de nação ritual nagô), além de aspectos centrais das músicas — sublinhadas por distinções entre sons graves, masculinos, que remeteriam à tradição carnavalesca brasileira e sons agudos, femininos, ligados à tradição religiosa africana — e das letras — que embora abranjam tipologias diversas, reforçam, sob distintos ângulos, um forte africanismo (Agier, 2024, p. 116-143).

No capítulo final, *Política: cultura e raça da “elite negra”*, o autor reconstitui aspectos centrais do ativismo negro surgido nos anos 1970, que passou a assumir uma posição mais explícita de enfrentamento da discriminação social e da violência policial contra os negros, seguido por outros movimentos que, já na década de 1990, buscavam “delimitar uma territorialidade negra na sociedade brasileira” (Agier, 2024, p. 145), e que vieram a abarcar espaços e terrenos urbanos, bem como rurais. Em Salvador, consolidou-se assim uma síntese particular entre o âmbito tradicional “afro-brasileiro” e as interpretações de caráter “negro” e “afro”, com reciprocidades aprofundadas entre movimentos culturais e prática militante negra. Isso fundamentaria uma espécie de sistema cultural do mundo afro na Bahia, no qual blocos — como o Ilê Aiyê, o Olodum (1980) e o Muzenza (1981), sem falar dos Filhos de Ghandi (1949) — constituiriam, de forma plural, suas atividades, projetos, relações de sociabilidade, produção de eventos, manifestações, inserções religiosas, práticas de capoeira, entre outras realizações. Outra ideia central do autor é a de que o carnaval africanizado da Bahia propiciaria aos negros, inspirado em Victor Turner (1974), uma espécie de “retificação de status”, isto é, uma correção ascendente de sua posição estrutural na sociedade” (Agier, 2024, p. 156), não propriamente uma inversão (modo pelo qual Roberto DaMatta (1979) pensou o carnaval brasileiro, à luz de Turner), numa modalidade de posicionamento social, no campo afirmativo da consciência negra. Na breve conclusão do livro, o antropólogo assinala que o trabalho criativo do Ilê Aiyê pode ser considerado “um ato de reparação e de cuidado diante de todas as discriminações raciais vividas e de todas as ancestralidades desaparecidas” (Agier, 2024, p. 166).

A inclusão de 35 imagens do fotógrafo e antropólogo Milton Guran acrescenta documentos visuais que enriquecem a publicação, incluindo a bela capa, com duas jovens

negras, ou performances rituais de Mãe Hilda, o que assinala, no conjunto das imagens, “a marcante presença feminina nos desfiles do bloco” (Agier, 2024, p. 125).

O livro traz, portanto, uma densa etnografia e reconstituições históricas que propiciam reflexões aprofundadas sobre a fábrica do mundo afro, a política de raça, as identidades de cor e os múltiplos significados da África na Bahia, produzidos continuamente pelas variadas práticas de blocos como o Ilê Aiyê, agora com meio século de duração. Os recentes lançamentos do livro em Salvador e São Paulo, com participação significativa de integrantes de comunidades negras e pesquisadoras/es negras/os, têm também permitido que tal movimento e o sistema cultural do qual faz parte inspirem novos debates, à luz das múltiplas lutas antirracistas que crescem exponencialmente no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

1. AGIER, Michel. **Ilê Aiyê: a fábrica do mundo afro** (Carnaval da Bahia, 1974-2024). São Paulo: Editora 34, 2024.
2. AZEVEDO, Thales de. Classes sociais e grupos de prestígio. *In*: AZEVEDO, Thales de. **Ensaio de antropologia social**. Salvador: UFBA, 1959. p. 103-120.
3. CORDEIRO, Graça Índias; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. Prefácio (à edição brasileira). *In*: AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011. p. 9-29.
4. DAMASCENO, Janaína; SILVA, Isabela Oliveira Pereira da; FAZZIONI, Natália Helou; ADERALDO, Guilherme André; FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. As cidades da antropologia: entrevista com Michel Agier. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 811-842, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ra/article/view/37397/40426>. Acesso em: 12 mar. 2023.
5. DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.
6. PIERSON, Donald. **Brancos e pretos na Bahia: estudo de contacto racial**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
7. TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

Heitor Frúgoli Junior

Professor titular do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, com doutorado-sanduiche na University of California, San Diego. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9075-891X>. E-mail: hfrugoli@usp.br.